

Acordo UE- Turquia

Os eurodeputados levantaram dúvidas em relação ao acordo delineado na cimeira entre a UE e a Turquia para conter os fluxos migratórios, sublinhando que qualquer solução terá de respeitar as regras de asilo e o direito internacional.

ver pág. 10

Doenças animais

O Parlamento Europeu aprovou **novas regras sobre a prevenção e o controlo de doenças animais** que podem ser transmitidas a outros animais ou aos seres humanos, como a gripe aviária e a peste suína.

ver pág. 6

Mulheres que pedem asilo

O Parlamento Europeu apelou aos Estados-Membros para terem em conta as necessidades de proteção específicas das **mulheres e raparigas que requerem asilo na UE num relatório aprovado no Dia Internacional da Mulher.**

ver pág. 7

em destaque:

Fruta e leite nas escolas

O Parlamento Europeu aprovou um **quadro comum para os regimes de distribuição de fruta e de leite nas escolas.** O orçamento para a fruta e legumes será de 150 milhões de euros e para o leite escolar de 100 milhões de euros, por ano letivo. As novas regras, já acordadas com o Conselho, visam promover uma alimentação saudável desde a mais tenra idade, reforçar a componente educativa dos programas e aproximar as crianças dos produtos locais. **O excesso de peso afeta 22 milhões de crianças na UE.**

O regulamento reúne num quadro único dois programas dirigidos às escolas que até agora estavam separados: o regime de distribuição de fruta e o regime de distribuição de leite. O novo regime comum deverá simplificar os procedimentos administrativos dos dois programas e reduzir os encargos, em termos de gestão e de organização, para as autoridades nacionais, as escolas e os fornecedores. As novas regras serão aplicáveis a partir de 1 de agosto de 2017.

Carlos Coelho afirmou: “*Aplaudo a vertente educativa do Programa que incentiva os jovens a terem hábitos de consumo saudáveis aproximando-os da agricultura e educando-os para a origem dos alimentos bem como o aumento de 20 milhões de Euros para o Programa do Leite conseguido nas negociações*”.

Sofia Ribeiro afirmou: “*Por fim, há de facto uma discriminação positiva das Regiões Ultraperiféricas, pois têm maiores dificuldades em implementar este programa, sendo-lhes concedida uma majoração das verbas inicialmente previstas, um incentivo para as trocas comerciais entre RUP e um aumento na percentagem autorizada de transferência entre os dois regime (...) este programa contribuirá para que os jovens europeus aumentem o seu consumo de produtos frescos, especialmente do leite, desenvolvam hábitos de alimentação saudáveis e contribuirá para o escoamento dos produtos agrícolas europeus*”.

ver pág.3

Índice

Parlamento Europeu aprova 250 milhões de euros para distribuição de fruta e leite nas escolas.....	3
Eurodeputados aprovam regras para prevenir e controlar doenças animais transmissíveis.....	6
Parlamento Europeu apela a medidas para proteger mulheres que procuram asilo na UE.....	7
Alto Comissário da ONU para os Refugiados: É tempo de reafirmar os valores da UE.....	9
Migração: Eurodeputados querem clarificações sobre acordo UE-Turquia.....	10
Eurodeputados aprovam acordo UE-Andorra para combater fraude e evasão fiscais.....	12
Ordem da sessão.....	14

Siglas dos Grupos Políticos:

PPE- Partido Popular Europeu
S&D- Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas
ALDE- Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa
Verdes/ALE- Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia
CRE- Conservadores e Reformistas Europeus
CEUE/EVN- Confederação da Esquerda Unitária Europeia / Esquerda Verde Nórdica
ELDD- Europa da Liberdade e da Democracia Directa
ENF- Europa das Nações e da Liberdade

Responsável: Fernando Vaz das Neves

Fontes:

- *Serviço de Imprensa do PE*
- *Serviço de Imprensa do GEPSD*
- *site www.carloscoelho.eu*

Parlamento Europeu aprova 250 milhões de euros para distribuição de fruta e leite nas escolas

O Parlamento Europeu aprovou um quadro comum para os regimes de distribuição de fruta e de leite nas escolas. O orçamento para a fruta e legumes será de 150 milhões de euros e para o leite escolar de 100 milhões de euros, por ano letivo. As novas regras, já acordadas com o Conselho, visam promover uma alimentação saudável desde a mais tenra idade, reforçar a componente educativa dos programas e aproximar as crianças dos produtos locais. O excesso de peso afeta 22 milhões de crianças na UE.

O regulamento, aprovado por 584 votos a favor, 94 contra e 32 abstenções, reúne num quadro único dois programas dirigidos às escolas que até agora estavam separados: o regime de distribuição de fruta e o regime de distribuição de leite. O novo regime comum deverá simplificar os procedimentos administrativos dos dois programas e reduzir os encargos, em termos de gestão e de organização, para as autoridades nacionais, as escolas e os fornecedores. As novas regras serão aplicáveis a partir de 1 de agosto de 2017.

Eurodeputados asseguram mais 20 milhões de euros para o leite escolar

O orçamento será de 250 milhões de euros por ano letivo, dos quais 150 milhões para a fruta e legumes e 100 milhões para o leite. Durante as negociações com o Conselho de Ministros da UE, os eurodeputados conseguiram aumentar em 20 milhões a ajuda para o leite escolar, que tinha inicialmente uma dotação de 80 milhões de euros.

A distribuição dos fundos entre os Estados-Membros deverá ser mais equitativa e baseada em critérios objetivos, como o número de crianças entre os seis e os dez anos de idade e o grau de desenvolvimento das regiões no Estado-Membro.

As dotações atribuídas a cada país devem garantir uma maior ajuda às regiões ultraperiféricas, *"dada a sua diversificação agrícola limitada e a frequente impossibilidade de encontrar certos produtos na região em questão, o que implica custos de transporte e de armazenagem mais elevados"*.

No caso do leite escolar, a ajuda deverá também ter em conta a utilização histórica da ajuda da UE para o fornecimento de leite e produtos lácteos às crianças. *"As dotações para o leite escolar resultantes dos critérios atrás referidos garantem que todos os Estados-Membros têm direito a receber pelo menos um montante mínimo da ajuda da União por criança"* dos seis aos dez anos, diz o regulamento.

Os Estados-Membros que desejem participar no regime escolar devem apresentar anualmente um pedido de ajuda à UE, especificando o montante solicitado para a fruta e produtos hortícolas nas escolas e o montante solicitado para o leite escolar que pretendam distribuir.

Produtos agrícolas a distribuir nas escolas

A fruta e os produtos hortícolas, incluindo bananas, o leite e as suas variantes sem lactose são os produtos aos quais será dada prioridade no regime de distribuição. Os Estados-Membros poderão, no entanto, complementar esta distribuição com outros produtos, como queijos e requeijão, iogurtes e outros produtos lácteos fermentados ou acidificados sem substâncias aromáticas.

Os produtos distribuídos ao abrigo do regime escolar não poderão conter as seguintes substâncias adicionadas: açúcares, sal, matérias gordas, edulcorantes e intensificadores artificiais de sabor. No entanto, os que tenham "*quantidades limitadas de açúcar adicionado, de sal adicionado e/ou de matérias gordas adicionadas*" poderão ser distribuídos em casos específicos, após a autorização das autoridades nacionais responsáveis pela saúde e pela nutrição.

Medidas educativas

As novas regras dão mais importância à componente educativa, prevendo medidas e atividades destinadas a aproximar as crianças da agricultura.

As medidas educativas de apoio poderão incluir, por exemplo, visitas a explorações agrícolas e a distribuição de uma maior variedade de produtos agrícolas, como o mel, as azeitonas de mesa e o azeite.

Estas medidas podem igualmente ter caráter formativo sobre questões relacionadas com hábitos alimentares saudáveis, cadeias alimentares locais, a agricultura biológica, a produção sustentável ou o combate ao desperdício de alimentos.

Dados

O excesso de peso afeta 22 milhões de crianças na UE. Os adolescentes consomem, em média, apenas 30% a 50% da dose diária recomendada de fruta e produtos hortícolas.

Muitas crianças crescem sem saber de onde vêm os alimentos que consomem – onde e como são produzidos e o que são produtos sazonais, de acordo com dados referidos pela Comissão.

O regime de distribuição de leite nas escolas foi criado em 1977 e o regime de distribuição de fruta em 2009.

Em 2013/2014, cerca de 10 milhões de crianças na UE beneficiaram do programa de distribuição de fruta e 19 milhões do programa do leite.

A eurodeputada portuguesa Sofia Ribeiro, membro da comissão parlamentar da Agricultura, foi a relatora-sombra do grupo PPE nas negociações entre o Parlamento Europeu e o Conselho de Ministros da UE.

Intervenção de Eurodeputados Portugueses:

Miguel Viegas (GUE/NGL) *“Senhor Presidente, a ideia subjacente a este programa é positiva. Contudo, a forma como será posta em prática poderá fazer toda a diferença. Não compreendemos, em primeiro lugar, a razão de terem sido fundidos os dois programas, à revelia da opinião dos técnicos, que preferiam a existência de dois*

programas separados e autónomos. Em segundo lugar, sublinhamos aqui que este programa só terá sucesso se estiver solidamente ancorado a uma estratégia de desenvolvimento local, uma estratégia de valorização da produção local e que possa contribuir para uma maior coesão social e territorial, reconciliando a cidade com a sua envolvente rural. Em terceiro lugar, importa dizer que esta estratégia será um fracasso se continuarmos com a presença agressiva das cadeias de fast food às portas das escolas, ou se continuarmos a ter, mesmo no seio das próprias escolas, máquinas distribuidoras de todo o tipo de alimentos desaconselhados para uma alimentação saudável. O Estado e a escola pública constituem um elemento decisivo nesta batalha em defesa das nossas crianças e dos nossos jovens”.

Ricardo Serrão Santos (S&D) *“Senhor Presidente, quero também juntar-me à voz de quem felicito, os relatores deste relatório. A aquisição de hábitos alimentares de consumo que promovam uma melhor saúde, sobretudo junto das populações mais jovens, tem de fazer parte dos objetivos de políticas públicas. O acordo sobre o regime de apoio à distribuição de frutas e leite nas escolas é um investimento público neste sentido. Acresce um duplo objetivo com o incentivo à procura de produtos agrícolas provenientes de circuitos curtos, privilegiando, assim, a produção agrícola local. Regozijo-me pela discriminação positiva concedida às regiões ultraperiféricas, que, em determinadas condições, poderão usufruir de um nível de ajuda mais elevado pelas dificuldades de aprovisionamento ou condições de mercado adversas. Este dispositivo pode revelar-se particularmente importante neste momento de crise nos setores em questão, em particular no do leite, e para os Açores – e aqui, meu querido amigo Gabriel Mato, lembro que também produzem bananas –, funcionando como contribuição para o escoamento dos produtos e, assim, uma garantia de preço aos produtores de leite.”*

Carlos Coelho (PPE), *“No seguimento da posição do Parlamento Europeu para a abertura de negociações interinstitucionais sobre o Regulamento relativo ao regime de ajuda à distribuição de fruta e produtos hortícolas, bananas e leite nos estabelecimentos de ensino, venho mais uma vez apoiar o novo regime hoje aprovado, que vem reunir num quadro único dois programas dirigidos às escolas que estavam separados: o regime de distribuição de frutas e o de leite com um orçamento de 250 milhões de euros por ano lectivo. Deste modo permite-se a simplificação dos procedimentos administrativos dos dois programas e reduzem-se os encargos, em termos de gestão e de organização, para as autoridades nacionais, as escolas e os fornecedores. Aplaudo a vertente educativa do Programa que incentiva os jovens a terem hábitos de consumo saudáveis aproximando-os da agricultura e educando-os para a origem dos alimentos bem como o aumento de 20 milhões de Euros para o Programa do Leite conseguido nas negociações.*

Sofia Ribeiro (PPE), *“Votei favoravelmente este relatório, porque o resultado final das negociações intensas, das quais fiz parte como relatora do PPE, é muito benéfico quer para os EM quer para os nossos jovens. Este novo programa juntará o regime de distribuição de leite com o regime de distribuição de frutas, bananas e legumes nas escolas, diminuindo a carga administrativa, libertando mais recursos. Foi também conseguido um aumento de 20 milhões de euros para a distribuição do leite, pelo que nenhum EM perderá verbas com os novos critérios de alocação financeira. Foi alargada a lista de distribuição de produtos, definiu-se a limitação de transferência de verbas entre os dois programas e reforçou-se o carácter pedagógico, aproximando os nossos jovens dos produtores. Por fim, há de facto uma*

discriminação positiva das Regiões Ultraperiféricas, pois têm maiores dificuldades em implementar este programa, sendo-lhes concedida uma majoração das verbas inicialmente previstas, um incentivo para as trocas comerciais entre RUP e um aumento na percentagem autorizada de transferência entre os dois regimes. Considero que este programa contribuirá para que os jovens europeus aumentem o seu consumo de produtos frescos, especialmente do leite, desenvolvam hábitos de alimentação saudáveis e contribuirá para o escoamento dos produtos agrícolas europeus”.

Eurodeputados aprovam regras para prevenir e controlar doenças animais transmissíveis

O Parlamento Europeu aprovou novas regras sobre a prevenção e o controlo de doenças animais que podem ser transmitidas a outros animais ou aos seres humanos, como a gripe aviária e a peste suína. O novo regulamento da UE sobre a saúde animal coloca maior ênfase nas medidas preventivas, na vigilância das doenças e na investigação e prevê uma maior cooperação entre os profissionais que trabalham com animais, os detentores de animais de companhia, as autoridades e os médicos veterinários.

A nova legislação europeia sobre a saúde animal tem por lema "*mais vale prevenir do que remediar*". O regulamento hoje aprovado em plenário vai substituir cerca de quarenta atos legislativos, que, em alguns casos, datam de 1964.

Apesar de este regulamento não conter disposições que regulem especificamente o bem-estar animal, é a primeira vez que a legislação europeia reconhece uma ligação clara entre a saúde animal, o bem-estar animal e a saúde humana. Sempre que a prevenção de doenças e as medidas de controlo forem efetuadas nos termos deste regulamento, os seus efeitos sobre o bem-estar animal "*deverão ser tidos em conta a fim de poupar aos animais em causa qualquer dor, desconforto ou sofrimento evitáveis*".

Boas práticas de criação de animais e utilização prudente dos medicamentos veterinários

As novas regras clarificam as responsabilidades dos operadores e dos profissionais que trabalham com animais, como agricultores, dos detentores de animais de companhia e dos médicos veterinários para prevenir a introdução, o desenvolvimento e a propagação de doenças. Por exemplo, os agricultores, as pessoas que vendem animais e os detentores de animais serão responsáveis pela aplicação de boas práticas de criação de animais e por uma utilização prudente e responsável dos medicamentos veterinários.

Os médicos veterinários deverão, entre outras medidas, desempenhar um papel ativo na sensibilização para a interação entre a saúde animal, o bem-estar animal e a saúde humana e na sensibilização para a resistência antimicrobiana.

Numa declaração anexa ao regulamento, os Estados-Membros são instados a comprometer-se a "*recolher dados suficientemente pormenorizados, comparáveis e*

pertinentes sobre a utilização real de medicamentos antimicrobianos em animais e a transmitir esses dados à Comissão, de forma a garantir uma utilização mais prudente de medicamentos antimicrobianos em animais, contribuindo assim para a redução do risco de resistência antimicrobiana".

A Comissão Europeia fica habilitada a estabelecer medidas de emergência para garantir uma reação eficaz e rápida aos riscos emergentes, como no caso de doenças que possam ter um impacto significativo na saúde pública e na produção agrícola.

Cerca de 70% das doenças infecciosas são comuns aos animais e aos seres humanos.

Intervenção de Eurodeputados Portugueses:

Carlos Coelho (PPE) *“A saúde animal representa um motivo de preocupação para todos os cidadãos europeus seja pela sua relevância na saúde pública, na segurança dos alimentos e na segurança do abastecimento alimentar ligados à saúde animal, seja pelos custos económicos decorrentes de surtos de doenças animais e pelo valor do bem-estar animal. Apoio o Relatório Selimovic que vem aprovar a posição do Conselho em primeira leitura sobre o Regulamento relativo às doenças animais transmissíveis estabelecendo novas regras sobre a prevenção e o controlo de doenças animais que podem ser transmitidas a outros animais ou aos seres humanos, como a gripe aviária e a peste suína. O Regulamento vem substituir cerca de quarenta actos legislativos, colocando maior ênfase nas medidas preventivas, na vigilância das doenças e na investigação e prevendo uma maior cooperação entre os profissionais que trabalham com animais, os detentores de animais de companhia, as autoridades e os médicos veterinários”.*

Parlamento Europeu apela a medidas para proteger mulheres que procuram asilo na UE

O Parlamento Europeu apelou aos Estados-Membros para terem em conta as necessidades de proteção específicas das mulheres e raparigas que requerem asilo na UE. Num relatório aprovado no Dia Internacional da Mulher, os eurodeputados propõem a adoção de orientações europeias em matéria de género no âmbito das reformas da política de migração e asilo e pedem que sejam tomadas medidas nos centros de acolhimento para prevenir a violência contra as mulheres e garantir os seus direitos.

O Parlamento Europeu sublinha que as formas de violência e de discriminação baseadas no género, incluindo a violação e a violência sexual, a mutilação genital feminina, o casamento forçado, a violência doméstica, os chamados crimes de honra e a discriminação sexual não sancionada pelo Estado, *"constituem uma perseguição e deveriam ser motivos válidos para requerer asilo na UE"*. Este facto deve ser refletido nas novas orientações da UE em matéria de género, dizem os eurodeputados.

O relatório, aprovado por 388 votos a favor, 150 contra e 159 abstenções, recomenda uma série de medidas para assegurar que as necessidades de proteção específicas das

mulheres e raparigas que requerem asilo sejam tidas em conta pelos Estados-Membros.

Os eurodeputados salientam, por exemplo, que os centros de acolhimento e de trânsito na UE não satisfazem as necessidades mais básicas que previnem a violência baseada no género, como casas de banho, duches e dormitórios separados para as mulheres, chamando também a atenção para a violência contra as pessoas LGBTI, que é "*uma prática corrente*" nestes locais.

Entre as recomendações feitas pelo Parlamento Europeu incluem-se:

- os Estados-Membros devem reforçar os mecanismos de controlo dos centros de acolhimento sobrelotados, a fim de evitar que os maus tratos infligidos a mulheres e crianças prossigam no país de chegada;
- todos os países da UE devem pôr imediatamente termo à detenção de crianças, mulheres grávidas e lactantes, bem como de sobreviventes de violação, violência sexual e tráfico; a detenção de requerentes de asilo "por mera conveniência administrativa viola o direito à liberdade", sublinha o relatório;
- a Comissão e os países da UE devem dotar os centros de acolhimento de espaços adequados, onde as mães possam cuidar dos seus filhos; o relatório salienta também a importância de oferecer serviços de acolhimento de crianças durante os processos de seleção e de entrevista das requerentes de asilo, de modo a garantir a igualdade na elaboração dos pedidos;
- as mulheres requerentes de asilo devem ser devidamente informadas sobre os seus direitos, em particular sobre o direito de solicitar um entrevistador e um intérprete do sexo feminino e o direito de realizar uma entrevista individual sem a presença de terceiros; o direito das mulheres de requererem asilo independentemente do seu cônjuge é fundamental para o empoderamento das mulheres e para o respeito do princípio da não repulsão, sublinha o PE;
- a análise dos pedidos de asilo de mulheres deve ter em conta os perfis culturais, sociais e psicológicos, incluindo a educação, os traumas, os receios, a vergonha e/ou as desigualdades culturais entre homens e mulheres; os eurodeputados solicitam que seja assegurada a prestação de aconselhamento traumático especializado e assistência psicossocial, em todas as fases do processo de asilo, a mulheres que tenham sido vítimas de violência, nos quais participem diretamente mulheres qualificadas e especializadas nesta área;
- as mulheres devem ter acesso a assistência jurídica adequada nas estruturas de acolhimento, para que possam beneficiar de apoio em termos de informação e de procura de membros da família;
- os países de acolhimento das refugiadas devem garantir o pleno acesso a serviços de saúde, nomeadamente em matéria de reprodução e de sexualidade e aos direitos neste domínio.

Vias legais e seguras para quem procura refúgio na UE

Para melhorar a proteção e a segurança das mulheres e raparigas refugiadas, o Parlamento Europeu quer que sejam disponibilizadas vias seguras e legais de acesso à UE às pessoas que fogem de conflitos e da perseguição, tendo em conta a dimensão de género.

O PE destaca a urgência de que se reveste a abertura imediata de vias de asilo seguras e legais, como é o caso dos programas de reinstalação na UE de refugiados que se encontram em países terceiros, a fim de combater as redes de traficantes e de permitir que as mulheres, as crianças e outras pessoas vulneráveis possam procurar refúgio sem colocarem as suas vidas em risco.

Em janeiro deste ano, as mulheres e as crianças representavam 55% das pessoas que chegaram à Grécia à procura de asilo na UE, face a 38% em 2015.

Esta manhã, os eurodeputados debateram também com a comissária europeia da Justiça, Věra Jourová, a situação socioeconómica das mulheres na Europa.

Intervenção de Eurodeputados Portugueses:

Carlos Coelho (PPE) *“Aproveitando o Dia Internacional da Mulher, o Parlamento Europeu aprovou um conjunto de relatórios, em que este se integra, sublinhando o que ainda resta fazer pela igualdade de género. Este em particular pretendia dar destaque a uma realidade particular neste âmbito e para qual ainda muito trabalho precisa de ser feito na Europa: mulheres requerentes de asilo e refugiadas. O relatório traça um retrato impressionante dos horrores a que estas mulheres estão sujeitas e elenca um conjunto de recomendações aos Estados-Membros, que ainda permanecem principalmente responsáveis pelo acolhimento, análise do pedido e integração. Destaque-se, exemplificativamente, a necessidade de informar estas mulheres que o seu pedido pode ser independente do marido - muitas vezes agressor. No entanto, o relatório também se estende para lá do que deveria ser o seu objecto fundamental, incluindo áreas em que não há competência comunitária como é o caso do aborto. Não posso senão abster-me”.*

Alto Comissário da ONU para os Refugiados: É tempo de reafirmar os valores da UE

O Alto Comissário da ONU para os Refugiados, Filippo Grandi, discursou hoje no Parlamento Europeu, apelando à UE para reafirmar os seus valores e para rejeitar políticas cegas de retorno que não tenham em conta os direitos humanos. No Dia Internacional da Mulher, o presidente do Parlamento Europeu, Martin Schulz, destacou os esforços contínuos do PE no combate a todas as formas de violência contra as mulheres, quer seja nos países de origem, de trânsito ou de chegada.

Filippo Grandi, que sucedeu a António Guterres no Alto Comissariado da ONU para os Refugiados, afirmou que 20% das famílias que fogem da guerra na Síria são

encabeçadas por mulheres e que, desde o início do ano, o número de mulheres que viajam sozinhas, grávidas ou com crianças ultrapassou o dos homens. "*As mulheres e as raparigas estão mais expostas à violência e a abusos sexuais pelas redes de traficantes e de passadores*", disse, apelando à abertura de vias legais para quem procura asilo na UE de modo a evitar estes fenómenos.

Migração: Eurodeputados querem clarificações sobre acordo UE-Turquia

Os eurodeputados levantaram dúvidas em relação ao acordo delineado na cimeira entre a UE e a Turquia para conter os fluxos migratórios, sublinhando que qualquer solução terá de respeitar as regras de asilo e o direito internacional. Num debate em plenário com o Conselho e a Comissão, vários grupos políticos insistiram que as negociações de adesão à UE e de liberalização de vistos com a Turquia não devem ser ligadas à crise dos refugiados.

As ameaças à liberdade de imprensa na Turquia, incluindo o recente caso do jornal Zaman, e o tratamento da minoria curda foram algumas das questões mencionadas pelos eurodeputados durante o debate com a ministra holandesa da Defesa, Jeanine Hennis-Plasschaert, que representou o Conselho, e o vice-presidente da Comissão Europeia, Valdis Dombrovskis. Outros assuntos na agenda do Conselho Europeu de 17-18 de março, como as políticas económicas e a implementação das recomendações específicas por país no âmbito do Semestre Europeu de 2016, foram também tema de discussão.

Qualquer alteração às regras europeias sobre isenção de vistos (Regulamento (CE) n° 539/2001) terá de ser acordada entre o Parlamento Europeu e o Conselho de Ministros da UE, de acordo com o processo de codecisão.

As verbas do orçamento da UE que forem destinadas ao mecanismo de apoio à Turquia em favor dos refugiados, bem como eventuais fundos adicionais do orçamento comunitário, também terão de ser aprovados pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho, os dois braços da autoridade orçamental.

Intervenção de Eurodeputados Portugueses:

Paulo Rangel (PPE) *“Senhor Presidente, eu gostaria de dizer que hoje, neste exato momento em que estamos aqui a falar, acaba de tomar posse o novo Presidente da República portuguesa e que fez uma intervenção no sentido claro da proteção dos valores que eu acho que nós devemos proteger aqui a respeito desta questão dos refugiados, que são os valores humanitários e os valores identitários da Europa. Isso significa, em primeiro lugar, que nós temos que fazer um acolhimento humanitário enorme, temos de dar um grande apoio à Grécia. Eu fico muito satisfeito por ver que neste Conselho, finalmente, se desbloquearam verbas para que a Grécia possa lidar com a situação em que se encontra e também acho que é muito importante, por um lado a resposta da NATO, que é uma resposta, digamos, de emergência para garantir o controlo das fronteiras, mas é ainda mais importante que no Conselho de 17 e 18 março nós possamos, finalmente, arrancar com um corpo europeu policial para controlo da costa e das fronteiras. Este é o primeiro passo para a segurança europeia e para a defesa europeia. Eu gostava de lembrar que, no último inquérito da*

Fundação Bertelsmann, diz-se que 79 % dos europeus são a favor da criação de um corpo policial europeu para as fronteiras e para a costa e que defendem uma política comum para a imigração e para o asilo, não uma política nacional e não uma política partilhada, uma política comum da Europa, e que defendem a redistribuição dos refugiados pelos 28 países e não apenas por um, por dois ou por três. São maiorias de 70 e de 80 % ao nível de toda a Europa e, mesmo naqueles países que são mais renitentes, como os países de Visegrado, esse inquérito diz que a maioria anda à volta dos 55 %, 60 %. Portanto, com este suporte da opinião pública europeia, eu penso que o próximo Conselho Europeu não tem razões para não dar um grande passo em frente em defesa dos nossos valores, mais segurança e mais humanidade”.

Carlos Zorrinho (S&D) *“Senhor Presidente, num Conselho Europeu que tem como temas centrais as migrações e as prioridades em termos de crescimento, emprego e competitividade, é fundamental não errar o diagnóstico e o diagnóstico é muito claro. Não foram as migrações que despoletaram a crise europeia, foi a anemia política, económica e social da União Europeia que transformou um problema que era possível de gerir em solidariedade numa grave crise de identidade do projeto europeu. No Semestre Europeu, a Comissão envia aos Estados-Membros recomendações. Essas recomendações, sobretudo para os países que estão em maiores dificuldades, são exercícios paradoxais e sem coerência interna. Por um lado, recomenda-se, e bem, a aposta na educação, na formação profissional, na investigação, na subida da cadeia de valor, no combate aos desequilíbrios macroeconómicos, mas por outro lado exige cortes cegos nas funções centrais do Estado que constituem os pilares necessários para que essas reformas sejam possíveis. Precisamos, Senhor Presidente, de um novo impulso do projeto europeu, de visão e de liderança, de líderes europeus que, por uma vez, estejam à altura do desafio”.*

Ana Gomes (S&D) *“Mr President, Turkey should be part of the solution for this crisis, but it is very much part of the problem, not just by manipulating the people-smuggling tap but in fuelling violent conflict in its southern region and in neighbouring Syria and Iraq. The Council neglected all that and succumbed to unashamed blackmail by President Erdoğan under the foolhardy idea that it is possible to outsource European legal and moral obligation towards refugees to Turkey in exchange for facilitating accession and of visas and turning a blind eye to the violations of the Copenhagen criteria and to the brutal repression that President Erdoğan is directing against Turkish citizens and media, against Turkish Kurds in particular, and against Kurds in Syria who have been brave fighters against Daesh and other terrorist groups. What the Council contemplates in the return and readmission policies in the ‘one per one Syrian’ bazaar is, ominously, violation of the non-refoulement principle. How can the Council and the Commission keep a straight face when speaking of the rule of law and human rights if they do not act to discipline those Member States who ganged up to asphyxiate Greece and to submit refugee women and children to animal treatment at the Greek FYROM border.*

Carlos Coelho (PPE) *por escrito “Na passada segunda-feira os Chefes de Estado acordaram que, na próxima semana, decidirão algo de concreto e que irão acelerar a implementação do acordo firmado com a Turquia em novembro. Olhando para as linhas gerais anunciadas, promete-se mais, em troca de mais, sem que até aqui os Estados-Membros tenham cumprido com o menos. A substância do acordo irá*

assentar essencialmente em dois pilares: mais dinheiro e a chamada reinstalação (algo semelhante ao mecanismo de recolocação, mas com a Turquia). Uma vez mais, os Chefes de Estado prometeram a um Estado Terceiro o que não conseguem cumprir entre si. Cresce a sensação que fácil mesmo é optar pelo outsourcing. Parece ser mais fácil prometer dinheiro a quem afirma poder realizar o que não estamos a conseguir fazer. Mais grave, porém, segundo o Eurojust, a Comissão Europeia, e diversas ONGs, são as muitas dúvidas que recaem sobre a Turquia no respeito pelo Estado de Direito, os Direitos Fundamentais e até mesmo as normas de asilo. A realidade defende soluções concretas, e não ideais inconsequentes. Mas deve-nos preocupar que, perante uma crise existencial, a Europa decida ignorar justamente o que lhe deu origem: os valores”.

Maria João Rodrigues (S&D) *“Mr President, this time we really need to think big if we want to avert the risk of a political, geostrategic and moral failure of the European Union. We need to organise safe corridors from the origin and transit countries for refugees. This is for sure, but most of all we need to build up the means to regain control of the situation with our own response. I believe this implies the building of a real European border to protect Schengen. I am not speaking about a wire wall. I am speaking about advanced infrastructure providing useful services of border control, making sure that refugees are received with decent standards and organising relocation across Europe, and then integration. This is the priority for us if we want to regain control of the situation. This should be organised as a big strategic investment for the sake of Europe. We are dealing with the vital interests of Europe, and these investments can create many new jobs for Europeans. That is why I see a connection between dealing with this refugee crisis and addressing solutions for a stronger recovery in Europe. I count on the Dutch presidency and the Commission to come up with more ambitious solutions for the next European Council”.*

Eurodeputados aprovam acordo UE-Andorra para combater fraude e evasão fiscais

O Parlamento Europeu deu luz verde a um acordo entre a UE e Andorra sobre a troca automática de informações sobre contas financeiras, destinado a combater a fraude e a evasão fiscais. O eurodeputado Miguel Viegas foi o relator sobre este acordo na comissão parlamentar dos Assuntos Económicos e Monetários.

O acordo, sobre o qual o Parlamento Europeu é consultado, atualiza um acordo celebrado entre a UE e Andorra em 2004 que garantiu que o Principado aplicaria medidas equivalentes às previstas na diretiva da UE relativa à tributação dos rendimentos da poupança.

A partir de 2018, os países da UE e Andorra irão proceder a uma troca automática das informações recolhidas desde 1 de janeiro de 2017 sobre as contas financeiras detidas nos seus territórios pelos residentes da outra parte.

O objetivo é prevenir as situações em que um contribuinte tente ocultar os capitais correspondentes a rendimentos ou ativos relativamente aos quais não foram pagos impostos.

A troca de informações abrange não só os rendimentos, designadamente juros e dividendos, mas também os saldos de contas e o produto da venda de ativos financeiros.

Com o novo acordo, as administrações fiscais dos Estados-Membros e de Andorra poderão identificar de forma correta os contribuintes em causa, aplicar e fazer cumprir as suas leis tributárias em situações transfronteiras, avaliar a probabilidade de ocorrência de evasão fiscal e dispensar averiguações suplementares desnecessárias.

A UE celebrou acordos semelhantes com a Suíça, o Liechtenstein, o Mónaco e San Marino.

O relatório de Miguel Viegas (CEUE/EVN) foi aprovado em plenário por 647 votos a favor, 29 contra e 21 abstenções.

Ordem do dia 07 a 10 Março de 2016

► Segunda-feira, 07 de Março

17:00 - 23:00

Reinício da sessão e ordem de trabalhos

O regime de ajuda à distribuição de fruta e produtos hortícolas, bananas e leite nos estabelecimentos de ensino - *Relatório: Marc Tarabella (A8-0006/2016)*

A saúde animal - *Recomendação para segunda leitura: Jasenko Selimovic (A8-0041/2016)*

O acesso ao mercado dos serviços portuários e a transparência financeira dos portos - *Relatório: Knut Fleckenstein (A8-0023/2016)*

Relatório Anual de 2014 sobre a proteção dos interesses financeiros da UE – Luta contra a fraude - *Relatório: Benedek Jávor (A8-0026/2016)*

Para uma economia dos dados próspera - *Perguntas orais (O-000021/2016 - B8-0116/2016) (O-000040/2016 - B8-0351/2016)*

Breve apresentação do seguinte relatório:

A integração da perspetiva de género nas atividades do Parlamento Europeu - *Relatório: Angelika Mlinar (A8-0034/2016)*

Intervenções de um minuto (artigo 163.º do Regimento)

► Terça-feira, 08 de Março

09:00 - 12:30 - Dia Internacional da Mulher

09:00 - 11:20

A situação socioeconómica das mulheres na Europa - Declaração da Comissão

A situação das mulheres refugiadas e requerentes de asilo na UE - *Relatório: Mary Honeyball (A8-0024/2016)*

11:30 - 12:30

(Alocação de Filippo Grandi, Alto Comissário das Nações Unidas para os Refugiados, seguida de uma ronda de intervenções de oradores dos grupos políticos)

12:30 - 14:30 VOTAÇÃO

A saúde animal - *Recomendação para segunda leitura: Jasenko Selimovic (A8-0041/2016)*

O regime de ajuda à distribuição de fruta e produtos hortícolas, bananas e leite nos estabelecimentos de ensino - *Relatório: Marc Tarabella (A8-0006/2016)*

O acesso ao mercado dos serviços portuários e a transparência financeira dos portos - *Relatório: Knut Fleckenstein (A8-0023/2016)*

Os índices harmonizados de preços no consumidor - *Relatório: Roberto Gualtieri (A8-0313/2015)*

Relatório Anual de 2014 sobre a proteção dos interesses financeiros da UE – Luta contra a fraude - *Relatório: Benedek Jávor (A8-0026/2016)*

A integração da perspetiva de género nas atividades do Parlamento Europeu - *Relatório: Angelika Mlinar (A8-0034/2016)*

A situação das mulheres refugiadas e requerentes de asilo na UE - *Relatório: Mary Honeyball (A8-0024/2016)*

15:00 - 23:00

A situação na Síria - *Declaração da Vice-Presidente da Comissão/Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança*

Comunicação sobre a execução da Agenda Europeia da Migração - *Declaração da Comissão*
O Acordo Interinstitucional sobre legislar melhor - *Relatório: Danuta Maria Hübner (A8-0039/2016)*

O destacamento de trabalhadores - *Declaração da Comissão*

O que é uma notação "triplo A social"? - *Pergunta oral (O-000034/2016 - B8-0117/2016) 5*

Garantias processuais para os menores suspeitos ou arguidos em processo penal - *Relatório: Caterina Chinnici (A8-0020/2015)*

As orientações para o orçamento de 2017 - Secção III - *Relatório: Jens Geier (A8-0036/2016)*

► **Quarta-feira, 09 de Março**

09:00 - 12:50 DEBATE PRIORITÁRIO

Preparação da reunião do Conselho Europeu de 17 e 18 de março de 2016 e resultados da Cimeira UE/Turquia - *Declarações do Conselho e da Comissão*

13:00 - 14:30 VOTAÇÃO

Redução do teor de enxofre de determinados combustíveis líquidos - *Relatório: Laura Ferrara (A8-0037/2016)*

O desvio de certos medicamentos essenciais para a União Europeia - *Relatório: Laura Ferrara (A8-0038/2016)*

O acordo UE-Andorra relativo à troca automática de informações sobre contas financeiras - *Relatório: Miguel Viegas (A8-0047/2016)*

Nomeação de um novo Diretor Executivo da Autoridade Europeia dos Seguros e Pensões Complementares de Reforma (EIOPA) - *Relatório: Roberto Gualtieri (A8-0045/2016)*

Garantias processuais para os menores suspeitos ou arguidos em processo penal - *Relatório: Caterina Chinnici (A8-0020/2015)*

As orientações para o orçamento de 2017 - Secção III - *Relatório: Jens Geier (A8-0036/2016)*

O Acordo Interinstitucional sobre legislar melhor - *Relatório: Danuta Maria Hübner (A8-0039/2016)*

Acordo sobre tabaco (acordo com a PMI) - *Propostas de resolução*

15:00 - 23:00

A situação atual na União Europeia - *Debate com Stefan Löfven, Primeiro-Ministro da Suécia*

A situação na Eritreia - *Declaração da Vice-Presidente da Comissão/Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança*

Relatório de 2015 relativo à antiga República jugoslava da Macedónia - *Declarações do Conselho e da Comissão*

Relatório de 2015 relativo ao Montenegro - *Declarações do Conselho e da Comissão*

Discussão conjunta - Medicamentos veterinários

Medicamentos veterinários - *Relatório: Françoise Grossetête (A8-0046/2016)*

Autorização e fiscalização de medicamentos veterinários - *Relatório: Claudiu Ciprian Tănăsescu (A8-0035/2016)*

A talidomida - *Pergunta oral (O-000035/2016 - B8-0120/2016)*

A proteção internacional dos autores de denúncias - *Declaração da Comissão*

► **Quinta-feira, 10 de Março**

08:30 - 11:50

O surto do vírus Zika - *Pergunta oral (O-000030/2016 - B8-0119/2016)*

União bancária - Relatório anual de 2015 - *Relatório: Roberto Gualtieri (A8-0033/2016)*

Debates sobre casos de violação dos direitos humanos, da democracia e do primado do direito (artigo 135.º do Regimento)

A liberdade de expressão no Cazaquistão

A situação no Egito, em particular o caso de Giulio Regeni

A situação na República Democrática do Congo

12:00 - 14:00 VOTAÇÃO

Propostas de resolução relativas ao debate sobre casos de violação dos direitos humanos, da democracia e do primado do direito (artigo 135.º do Regimento)

Introdução de medidas comerciais autónomas de emergência para a Tunísia - Relatório: Marielle de Sarnez (A8-0013/2016)

Medicamentos veterinários - Relatório: Françoise Grossetête (A8-0046/2016)

Autorização e fiscalização de medicamentos veterinários - Relatório: Claudiu Ciprian Tănăsescu (A8-0035/2016)

Para uma economia dos dados próspera - Propostas de resolução

A situação na Eritreia - Propostas de resolução

Relatório de 2015 relativo à antiga República jugoslava da Macedónia

Relatório de 2015 relativo ao Montenegro 1

União bancária - Relatório anual de 2015 - Relatório: Roberto Gualtieri (A8-0033/2016)

15:00 - 16:00

A crise de preços no setor europeu da carne de suíno - Pergunta oral (O-000020/2016 - B8-0118/2016)